



27 DE JULHO DE 2018

Sexta-feira

- TEMER REPASSA DINHEIRO DO SISTEMA S PARA FINANCIAR IMPOSTO PATRONAL AGRÍCOLA
- COM FIM DO IMPOSTO, SINDICATOS DOS EMPRESÁRIOS 'PRIVATIZAM' APOIO JURÍDICO
- SINDICATO DOS COMERCÍARIOS FARÁ NOVO MUTIRÃO DO EMPREGO DIA 6 EM SP
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS QUER BARRAR CONTRATAÇÃO DE INTERMITENTES
- FORÇA QUER REVOGAR DECRETO QUE DESTINA RECURSOS DE QUALIFICAÇÃO PARA A CNA
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA FICA ESTÁVEL EM JULHO, A 100,1 PONTOS, AFIRMA FGV
- FGV: INCERTEZAS INTERNAS E EXTERNAS PESAM SOBRE CONFIANÇA DA INDÚSTRIA
- NÚMERO DE EMPRESAS INADIMPLENTES SOBE 9,4% EM JUNHO, PIOR RESULTADO DESDE SETEMBRO DESDE 2016
- A ECONOMIA SE RECUPERA DEVAGAR, QUASE PARANDO
- MINISTRO DO STF SUSPENDE EXECUÇÃO DE CONDENAÇÃO BILIONÁRIA IMPOSTA À PETROBRAS
- BRASIL ESTÁ PRONTO PARA DISCUTIR REFORMA DA OMC, DIZ MINISTRO
- GOVERNO SE SURPREENDE COM FALTA DE INTERESSE EM TERMINAIS DE PARANAGUÁ
- JUNHO FOI QUARTO MÊS CONSECUTIVO DE ALTA DO SALDO DE CRÉDITO, DIZ BC
- JURO MÉDIO DO ROTATIVO DE CARTÃO DE CRÉDITO CAI EM JUNHO PARA 291,9% AO ANO
- DÓLAR CHEGA A CAIR A R\$ 3,71, DE OLHO NO EXTERIOR E NA CENA POLÍTICA

- ANP APROVA LIBERAÇÃO DE SUBVENÇÃO DO DIESEL A PRODUTORES E IMPORTADORES
- CÂMBIO AUTOMÁTICO ESTARÁ EM 60% DOS CARROS ATÉ 2020
- ZF LANÇA CÂMBIO AUTOMÁTICO DE 8 MARCHAS PARA VEÍCULOS COMERCIAIS URBANOS
- MAIS AR-CONDICIONADO EM ÔNIBUS URBANO PUXA CRESCIMENTO DA REPARTS EM 2018
- GOL E VOYAGE RECEBEM CÂMBIO AUTOMÁTICO PELA 1ª VEZ
- VOLKSWAGEN MONTARÁ 12% MAIS CARROS NO BRASIL EM 2018
- SIDERÚRGICA PARANAPANEMA PAGOU R\$ 8 MI POR FAVORECIMENTO EM TRIBUNAL DO CARE
- ALTA DO DÓLAR AFETA USIMINAS E COMPANHIA TEM PREJUÍZO DE R\$ 19 MILHÕES NO 2º TRIMESTRE
- USIMINAS ESPERA DESACELERAÇÃO EM DEMANDA DE AÇO DO BRASIL NO 2º SEMESTRE

CÂMBIO EM 27/07/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,714	3,714
Euro	4,330	4,331

Fonte: BACEN

Temer repassa dinheiro do Sistema S para financiar imposto patronal agrícola

27/07/2018 – O Estado de S. Paulo

Decreto publicado em fevereiro passou a destinar parte dos recursos da qualificação dos trabalhadores rurais para as associações

Após o fim do imposto sindical na reforma trabalhista, o presidente Michel Temer criou uma forma alternativa de financiamento das entidades patronais do setor agrícola.

Decreto publicado em fevereiro passou a destinar parte dos recursos da qualificação dos trabalhadores rurais para as associações. A medida foi acertada entre entidades empresariais e o governo após a aprovação da reforma trabalhista, em novembro, que acabou com o imposto sindical.

Com o decreto, a entidade do setor agrícola do Sistema S, o Senar, é obrigada a reservar até 5% do orçamento para o financiamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e outros 5% para as federações estaduais. Segundo a Receita Federal, o Senar recebeu R\$ 829,1 milhões no ano passado. Em 2017, a maior despesa do Senar foi o programa de qualificação profissional do trabalhador, que recebeu R\$ 73,3 milhões.

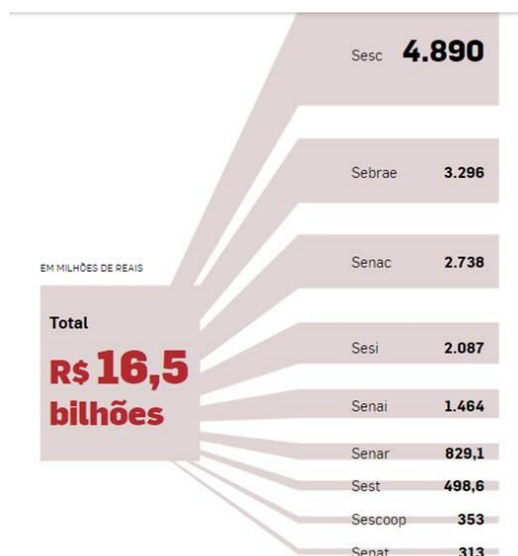


Presidente Michel Temer criou uma forma alternativa de financiamento das entidades patronais do setor agrícola Foto: José Méndez / EFE

O decreto presidencial deu à CNA uma fonte de recursos que já existe em outros setores. Na indústria, o Sesi repassa 4% e o Senai transfere 2% do orçamento para a Confederação Nacional da Indústria (CNI). SESC e Senac destinam 6% para a Confederação Nacional do Comércio (CNC) ou a federação estadual. Já o Senat e SEST enviam 10% para a Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Caixa bilionário

Montante recebido pelo Sistema S em arrecadação de tributos repassado pela Receita no ano passado



Fonte: Receita Federal

“Outras entidades já repassavam às suas confederações e federais. O único setor que não tinha essa regra era o agrícola. Não é nada esdrúxulo”, defendeu o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal, Fernando Cezar Ribeiro. O dirigente explica que a preocupação com o financiamento das entidades foi levada ao presidente Michel Temer com o pedido de que o Senar também deveria repassar parte dos recursos. A reportagem procurou todas as outras principais federações estaduais, que não quiseram se pronunciar. A CNA também foi procurada desde quarta-feira pela reportagem, mas também não quis se manifestar.

Cálculos do setor indicavam que, em alguns casos, a arrecadação de algumas federações poderia cair até 60% com o fim do imposto sindical, já que parte dessa arrecadação ia para entidades patronais, sendo que a confederação recebia 5% do destinado aos empregadores e a federação, até 15%. O decreto presidencial, porém, compensou essa perda da arrecadação e federações têm conseguido manter o

orçamento de 2018 em patamar semelhante ao do ano passado – quando ainda havia a contribuição sindical.

O debate do financiamento dos sindicatos voltou à pauta durante as negociações das eleições que promoveu a aliança dos partidos do centrão ao PSDB. O deputado Paulo Pereira da Silva (SD), da Força Sindical, cobrou do tucano Geraldo Alckmin uma alternativa de financiamento dos sindicatos.

Para o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz, não deveria haver pagamento pela administração do Sistema S. “Os recursos têm que ser aplicados no sistema em favor de trabalhadores e não para favorecer as patronais”, disse. Para ele, a reforma trabalhista extinguiu o imposto sindical, mas manteve para empregadores uma receita equivalente. “É até maior com a participação dos recursos do Sistema S”.

O presidente da Federação do Distrito Federal nega que o novo repasse do Senar prejudicará trabalhadores. Ribeiro explica que uma mudança recente na legislação retirou dúvidas sobre como e quando devem ser pagas as contribuições ao Senar, o que deve aumentar em até 15% a arrecadação. “Esse aumento será suficiente para recompor os 10% repassados”, diz o dirigente.

Procurado, o Palácio do Planalto, não quis comentar o decreto e informou que o pedido deveria ser encaminhado à Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – que é subordinada à Casa Civil. A secretaria, por sua vez, pediu que a reportagem procurasse a CNA, que não se pronunciou sobre o tema.

Com fim do imposto, sindicatos dos empresários 'privatizam' apoio jurídico

27/07/2018 – Folha de S. Paulo

Sem dinheiro da tarifa, entidades transferem atendimento para escritórios de advocacia

Com o impacto negativo no caixa depois de o imposto sindical ter se tornado voluntário, entidades patronais têm restringido serviços, sobretudo de assessoria jurídica, apenas aos associados contribuintes.

A decisão empurra empresários não filiados para escritórios de advocacia.

Na FecomercioSP (federação do comércio), com 137 sindicatos no estado de São Paulo, o empresário que não contribuir seguirá nas convenções coletivas, mas não terá mais consultoria em direito trabalhista para casos individuais.

"A empresa contribuindo, continuaremos assessorando, é um benefício pelo custeio. Mas, se ela não contribui, não tem sentido assessorarmos sem uma mínima contrapartida, sendo que ela pagaria para um advogado pelo serviço", diz Ivo Dall'Acqua Junior, vice-presidente da entidade.

O Sindilojas-SP (sindicato dos lojistas do comércio), filiado à FecomercioSP, oferece intermediação na rescisão por acordo entre empresa e empregado, outra novidade trazida pela reforma.

A reunião ocorre na sede da entidade, com a presença do advogado do Sindilojas. O serviço é recente, mas já surgiu como exclusivo para associados. Procurado, o sindicato não se manifestou.

Em geral favoráveis ao fim do imposto sindical, entidades patronais também viram seu caixa encolher com a desobrigação do imposto em vigor desde novembro, com a reforma trabalhista.

A arrecadação desses sindicatos somava R\$ 535,7 milhões em junho de 2017, mas foi para R\$ 141,5 milhões em 2018, diz o Ministério do Trabalho.

No Sinduscon-SP (sindicato da construção), orientações jurídicas gerais, antes prestadas a todos os empresários, foram restritas a associados.

"Estamos em processo de adaptação", diz José Romeu Ferraz Neto, presidente da entidade patronal.

"É uma decisão política e estatutária que o sindicato patronal toma. Cabe à empresa decidir se vai pagar contribuição ou buscar outro escritório", diz Otávio Pinto e Silva, sócio do Siqueira Castro e professor de direito da USP.

Segundo Hélio Zylberstajn, professor da FEA-USP, a restrição de serviços para quem não contribui deve ser frequente.

"Os sindicatos têm consultórios médicos, dentistas, prestam assessoria jurídica, mas nada disso é representação direta dos interesses da categoria, então eles podem restringir esses serviços como forma de atrair membros", afirma.

A Fiesp (federação das indústrias), com 131 sindicatos, diz não ter limitado, por enquanto, nenhum serviço.

"Optamos por corte de despesas unificando departamentos e reduzindo em 20% o quadro de funcionários", diz Luciana Freire, diretora-executiva jurídica. Segundo ela, o fim do imposto teve impacto de 12% a 14% no orçamento.



Prédio da Fiesp, na avenida Paulista - Zanone Fraissat/ Folhapress

Para advogados, o aumento na procura de empresas pelos escritórios ocorre com a possibilidade, aberta pela reforma, de o negociado prevalecer sobre o legislado.

"Antes, com o imposto, empresas ficavam acomodadas aguardando que os sindicatos negociassem por elas", diz Fábio Lemos Zanão, do Zanão & Poliszczuk Advogados. Com a mudança, a empresa vira protagonista na negociação, diz Sólon Cunha, sócio do Mattos Filho e professor da FGV Direito SP.

Recorrer a negociações diretamente com entidades dos trabalhadores tem sido uma saída para empresas maiores, diz Mayra Palópoli, do Palópoli & Albrecht. "As empresas querem negociar pontos que dizem respeito exclusivamente a elas, como controle de jornada", afirma Caroline Marchi, sócia do Machado Meyer.

Sindicato dos comerciários fará novo mutirão do emprego dia 6 em SP

27/07/2018 – Folha de S. Paulo

Na primeira edição, foram oferecidas 2.000 vagas, e 10 mil pessoas foram ao local

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo fará, no dia 6 de agosto, o 2º Mutirão do Emprego. Nessa edição, o objetivo é oferecer ainda mais oportunidades de trabalho, em postos que tenham remuneração maior.

Segundo Ricardo Patah, presidente do sindicato e da UGT (União Geral dos Trabalhadores), na nova edição, o número de empresas que participarão do evento também será maior. "Estamos negociando com novas empresas", afirma ele.

O evento será no dia 6 de agosto, das 8h às 17h, no Anhangabaú (região central). No dia, os candidatos receberão uma senha. Para concorrer, é obrigatório levar currículo, carteira de trabalho, RG, CPF e um comprovante de endereço.

Segundo Patah, dessa vez, haverá mais possibilidades para os candidatos. "Diferentemente do que foi o primeiro mutirão, agora queremos ampliar os cargos e a faixa salarial das vagas."

Haverá oportunidades para vendedores, motoristas, telefonistas, padeiros, atendentes de telemarketing, confeitores, analistas de sistema e gerentes.

Na primeira edição, em 16 de julho, foram disponibilizadas cerca de 2.000 vagas. Ao todo, mais de 10 mil desempregados foram ao local.

Sindicato dos bancários quer barrar contratação de intermitentes

27/07/2018 – Folha de S. Paulo

Reivindicação foi feita em mais uma rodada de negociações da campanha salarial de 2018

Os bancários de São Paulo e região cobraram da Febraban (Federação Nacional dos Bancos) a garantia de que não haverá diminuição de empregos nem contratações de profissionais terceirizados, intermitentes ou temporários.

A reivindicação foi feita quarta-feira (26), em mais uma rodada de negociações da campanha salarial de 2018.

Segundo informações obtidas pela reportagem, a categoria quer que o compromisso de não cortar vagas por postos "precários" esteja na convenção coletiva.



Bancos fechados na Avenida Paulista durante greve contra reforma trabalhista e da previdência. em 2017 - Bruno Santos - 28.abr.2017/ Folhapress

Para Ivone Silva, presidente do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, para "resolver as negociações, os bancos precisam firmar compromissos pela manutenção dos empregos e direitos".

Os bancários dizem ainda que os bancos vêm cortando postos, mesmo sendo um dos setores da economia que veem seus lucros crescerem cada vez mais.

Segundo a Febraban, as discussões ainda estão em andamento. O fim das negociações está marcado para o dia 1º de agosto.

No dia 1º, ocorrerá nova rodada de negociações, que tratará sobre as cláusulas econômicas. Na reunião da semana passada, a discussão entre bancários e bancos girou em torno da saúde dos profissionais da área.

Força quer revogar decreto que destina recursos de qualificação para a CNA

27/07/2018 – Tribuna PR

A Força Sindical quer que o presidente Michel Temer revogue o decreto que autoriza a destinação de parte dos recursos do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) para a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e suas federações.

Conforme mostrou reportagem do **Broadcast/Estadão**, o governo criou uma forma alternativa de financiamento de entidades empresariais do setor agrícola. Decreto publicado em fevereiro passou a destinar parte dos recursos da qualificação dos trabalhadores rurais para as associações. A medida foi acertada entre entidades empresariais e o governo após a aprovação da reforma trabalhista, em novembro.

Com o decreto, o Senar é obrigado a reservar até 5% do orçamento para o financiamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e outros 5% para as federações estaduais.

O decreto presidencial deu à CNA uma fonte de recursos que já existe em outros setores. Na indústria, o Sesi repassa 4% e o Senai transfere 2% do orçamento para a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Sesc e Senac destinam 6% para a Confederação Nacional do Comércio (CNC) ou a federação estadual. Senat e Sest enviam 10% para a Confederação Nacional do Transporte (CNT).

“Exigimos que o presidente Temer revogue imediatamente o referido decreto autorizando transferência de recursos do SENAR para a CNA, assim como defendemos alterações na legislação que possibilita a transferência milionária de recursos do SENAI, do SESI, do SENAC e do SESC para as respectivas confederações patronais, como forma de garantir o tratamento isonômico e equilibrado ao capital e ao trabalho, questão fundamental para a existência de relações de trabalho democráticas e justas”, diz a Força Sindical por meio de nota assinada pelo presidente interino da entidade, Miguel Torres.

Para a Força, a iniciativa é “uma clara demonstração de que o Governo Federal é agente ativo no desbalanceamento das relações de trabalho no Brasil a favor dos interesses empresariais, pois a edição do decreto garantindo a remessa de milhões de reais para o sindicalismo patronal vem no exato momento em que o custeio das entidades sindicais dos trabalhadores é inviabilizado pela Reforma Trabalhista e por decisões judiciais do STF”.

Na nota, a Força Sindical critica ainda o fato de o decreto retirar recursos para qualificação profissional e assistência social aos trabalhadores para financiar o sindicalismo patronal. Para a entidade, o custeio das entidades de trabalhadores e empregadores deve vir da contribuição de todos os seus representados, aprovadas nas assembleias das categorias de forma clara e transparente.

Confiança da indústria fica estável em julho, a 100,1 pontos, afirma FGV

27/07/2018 – Tribuna PR

A confiança da indústria ficou estável em julho, a 100,1 pontos, após ter sofrido queda de 1,0 ponto no mês anterior, aponta o Índice de Confiança da Indústria, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado nesta sexta-feira, 27. O patamar é o menor desde janeiro deste ano, quando havia marcado 99,4 pontos. Já na média móvel do trimestre encerrado em julho, foi verificado um recuo de 0,3 ponto, para 100,4 pontos.

A coordenadora da sondagem, Tabi Thuler Santos, explica que a confiança do setor vem oscilando em 2018 “em torno do nível neutro de 100 pontos”. “A sondagem de

julho adiciona a essa apatia a piora nas expectativas de contratação e o aumento da ociosidade, sinalizando continuidade do quadro de recuperação lenta e gradual da economia brasileira”, comenta em nota.

Ainda assim, a dissipação dos efeitos da greve dos caminhoneiros sobre os estoques foi um fator que contribuiu para sustentar o indicador, diz a pesquisadora. “A melhora das avaliações sobre a situação atual decorre principalmente da normalização dos estoques após o acúmulo em virtude da interrupção dos serviços de transporte de carga ao final de maio”, complementa.

De 19 segmentos industriais pesquisados, 11 apresentaram aumento da confiança, enquanto outros oito registraram queda. O Índice de Situação Atual (ISA) avançou 3,9 pontos, para 99,0 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE) caiu iguais 3,9 pontos, para 101,1 pontos.

A maior influência de alta no ISA foi justamente a normalização dos níveis de estoques. A parcela de empresas com estoques além do necessário caiu de 12,8% para 7,6%, próximo ao verificado em maio (7,9%). Ao mesmo tempo, o percentual de empresas com estoques abaixo do desejado ficou praticamente estável, passando de 4,5% para 4,3%.

Pelo lado das expectativas, a piora foi puxada principalmente pelo componente de contratações. O indicador de evolução do pessoal ocupado nos três meses seguintes caiu expressivos 11,7 pontos, para 95,6 pontos, no menor nível desde janeiro (93,5 pontos). Caiu a parcela de empresas que prevê aumento do quadro de funcionários, de 22,7% para 17,4%, ao mesmo tempo em que aquelas que esperam reduzir o quadro saltou de 12,1% para 15,0%.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) caiu pelo segundo mês consecutivo. Foi apurado recuo de 0,5 ponto percentual, para 75,7%. Este é o menor nível desde fevereiro, relata a FGV.

A edição de julho de 2018 da pesquisa coletou informações de 1.059 empresas entre os dias 2 e 25 deste mês. A próxima divulgação da Sondagem da Indústria ocorrerá em 28 de agosto e a prévia será anunciada dia 21 de agosto.

FGV: incertezas internas e externas pesam sobre confiança da indústria

27/07/2018 – Tribuna PR

O quadro de incertezas que permeia o ambiente de negócios no Brasil, tanto por fatores internos quanto externos, seguirá pesando sobre a confiança dos industriais até o fim do ano, avalia a economista Tabi Thuler Santos, coordenadora da Sondagem da Indústria, da Fundação Getulio Vargas.

“A dificuldade de traçar cenários para a eleição presidencial já é um fator de aumento da volatilidade das expectativas e das incertezas em relação à atividade industrial. eleição deste ano é, inclusive, atípica em relação aos pleitos anteriores, com mais candidatos e mais influência das redes sociais”, comentou a pesquisadora em coletiva de imprensa.

Conforme a sondagem da FGV, a confiança da indústria ficou estável em julho, a 100,1 pontos, após ter sofrido queda de 1,0 ponto no mês anterior, que foi influenciada pelos efeitos da paralisação dos caminhoneiros no fim de maio e início de junho.

O cenário externo também pesa sobre a confiança dos agentes, diz Tabi, já que a disputa comercial no exterior pode provocar um rearranjo do mercado. “Ainda é preciso avaliar como a disputa comercial vai impactar as exportações da indústria brasileira e como será o estabelecimento de preços no mercado externo,

especialmente dos insumos demandados pelo setor industrial”, explica. “Esta questão também pode afetar a taxa de câmbio. São muitos fatores que aumentam a volatilidade das expectativas”, comentou a economista.

A sondagem verificou uma melhora da percepção dos industriais sobre fatores limitativos ao aumento da produção. Entre as 1.059 empresas pesquisadas, 44,9% apontam não ver impedimentos à elevação da produção, enquanto outros 33,1% avaliam que a perspectiva para a demanda é insuficiente para aumentar o ritmo de produção.

“O resultado isolado de julho já é melhor do que o resultado acumulado no ano (35,7%). É possível perceber uma melhora, porém ainda é distante dos resultados de 2014 (26,8%) e 2013 (21,8%). O percentual ainda está muito alto e essa melhora já era esperada, pois o País saiu de uma recessão muito forte nos últimos anos”, complementa a pesquisadora da FGV.

Número de empresas inadimplentes sobe 9,4% em junho, pior resultado desde setembro de 2016

27/07/2018 – G1

Dívidas também cresceram, enquanto a quantidade de créditos em atraso que foram pagos caiu, segundo dados do SPC Brasil e da CNDL.

A quantidade de empresas com dívidas em atraso e registradas em cadastros de inadimplentes cresceu 9,41% em junho em relação a igual mês de 2017, segundo levantamento do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Foi a maior alta desde setembro de 2016, quando o indicador havia subido 9,61%. Na comparação com maio, o aumento foi de 0,46%.

Para o presidente da CNDL, José Cesar da Costa, o avanço da inadimplência em junho é consequência da atividade econômica ainda fraca e da demora na recuperação do mercado de trabalho.

“Apesar dos sinais de retomada da economia, ainda há efeitos da crise que prejudicam o fluxo de caixa das empresas, fazendo que com que muitas não consigam honrar seus compromissos financeiros. Para os próximos meses, espera-se que a atividade econômica se mantenha fraca e o desemprego elevado, o que sinaliza um cenário ainda difícil para a recuperação de crédito”, diz em nota.

Por região

O Sudeste foi a região em que foi registrado o maior aumento de empresas inadimplentes, com alta de 16,11% em junho, na comparação anual. Segundo o SPC Brasil e a CNDL, a alta intensa se deu por conta da revogação de uma lei no estado de São Paulo que exigia que os credores enviassem uma carta com Aviso de Recebimento (AR) aos inadimplentes antes de registrar o atraso.

Na sequência vem o Sul (crescimento de 5,16%), Nordeste (3,84%), Centro-Oeste (3,55%) e Norte (2,06%).

Dívida também cresceu

Já as dívidas em atraso das empresas subiram 7,9% em junho, na comparação anual. Frente a maio, a alta foi de 0,31%.

O levantamento mostra ainda que 70% dos compromissos com pagamento atrasado são com companhias do setor de serviços. Para o comércio, a parcela é de 17% e para a indústria, de 12%.

Recuperação de crédito cai

Enquanto o número de empresas inadimplentes e o tamanho das dívidas que elas acumulam cresceu, a quantidade de créditos em atraso que foram quitados caiu 0,86% no acumulado de 12 meses até junho.

Do total de empresas que conseguiram "limpar o nome" em junho, 47% atuam no ramo do comércio, 39% são do setor de serviços e 10% da indústria.

"Para os próximos meses, espera-se que ainda haja um cenário de dificuldade, uma vez que as expectativas de crescimento da economia e do mercado de trabalho foram revisadas para baixo", diz em nota a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

A economia se recupera devagar, quase parando

27/07/2018 – GS Notícias/Diário do Comércio



Comitê de Avaliação de Conjuntura da Associação Comercial de São Paulo retrata apreensão e pessimismo dos agentes econômicos

A recuperação da economia se tornou ainda mais lenta, num cenário que transporta nas costas os efeitos da greve dos caminhoneiros e que teme, pela frente, o que pode acontecer na sucessão presidencial.

Foi esse, em resumo, o quadro apresentado nesta quinta-feira (26/7) pelos participantes da reunião mensal do Comitê de Avaliação de Conjuntura, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

O encontro foi desta vez coordenado por Edward Tadeusz Launberg, conselheiro da associação.

Os indicadores macroeconômicos continuam mornos, com uma novidade. Em lugar de o PIB crescer este ano 1,5%, como indicado pela última pesquisa Focus –feita pelo Banco Central com economistas do setor privado -, o crescimento poderá ser um pouco menor: 1,2%.

É uma projeção interna do Instituto de Economia Gastão Vidigal, que faz parte da ACSP.

Os demais indicadores são um pouco mais conhecidos, como o déficit do setor público (1,4% para o déficit primário, bem melhor que os 10% negativos no pico da crise), um IPCA-15 em 4,53%, número próximo da meta, e os salários com crescimento anual de 1,2%.

Com números tão modestos, é compreensível que o varejo restrito (que não leva em conta veículos e material de construção) cresça este ano 3,6% com relação a 2017, ano bem mais afetado pela crise.

ELETRÔNICOS

O setor de eletroeletrônicos fechou o primeiro semestre com um crescimento de 2,8% na linha branca (geladeiras, fogões), mas com alta de 30% no segmento de televisores -algo perfeitamente previsível em razão da compra de aparelhos para a Copa do Mundo.

Os eletrônicos portáteis cresceram 13%, enquanto o emprego no setor decresceu 0,5%.

São números nacionais. Que, no entanto, segundo o IBGE, permanecem bastante tímidos se comparados ao pico de produção e venda registrado por cada setor na atual década.

Os móveis e eletrônicos, por exemplo, continuam 25% abaixo do patamar alcançado em 2014. Com relação àquele ano, as vendas do varejo são hoje 7,1% inferiores.

Quanto ao material de construção, comparado ao pico de 2012, a queda é de 16,9%. E os automóveis, comparados àquele ano, que também registrou a mais elevada atividade, a queda é de 41,9%.

A comparação serve para mapear o longo caminho que ainda precisa ser percorrido para que a economia se recupere do desastre que foi a recessão patrocinada pela gestão de Dilma Rousseff.

FARMÁCIA

O varejo de medicamentos e cosméticos cresceu em junho apenas 0,57%, com oscilações desiguais: menos vendas para os medicamentos mais caros, e um pouco mais para os mais baratos.

Existem no Brasil 85 mil farmácias. Elas hoje atravessam um duplo processo. De um lado, as seis grandes redes, capitalizadas por fundos estrangeiros, abrem indistintamente novas lojas para se manter em visibilidade e fazer frente à concorrência.

De outro lado, os pequenos varejistas partem para o associativismo. Pelo mecanismo, eles compram de determinados laboratórios a preços negociados de maneira coletiva. Mas as compras são individuais.

INDÚSTRIA

O setor industrial crescia 4,5% neste primeiro semestre, mas despencou 6,6% com a greve dos caminhoneiros.

Com isso, o acumulado em um ano caiu para 2%, e é mais que provável que números insatisfatórios (relativos a maio deste ano, quando o transporte rodoviário foi paralisado) tenham algum efeito até maio de 2019.

A indústria brasileira também se ressentida da queda das importações argentinas, que eram um mercado importante e agora está com problemas.

Há por fim o fator inflação. Por mais que prossiga pouco elevada, ela registrou um pico em maio, em razão da baixa oferta de produtos de primeira necessidade.

Com isso, os índices inflacionários atingem também o poder aquisitivo das famílias. Com os preços estacionados num novo patamar, as compras tendem a cair.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Um levantamento feito por associações comerciais junto a 530 varejistas de todo o país demonstra que as vendas subiram apenas 6% no último semestre.

O setor permanece pessimista, sem poder reajustar seus produtos, em razão dos estoques e da baixa demanda.

Grosso modo, as novas construções são adiadas, e o setor depende muito mais da compra de material para pequenas reformas.

EMBALAGENS

O setor atravessa um momento de transformação. Há estabilidade em produtos como embalagens para creme dental. Mas ocorreu paralelamente uma queda em iogurte, margarina e sorvete.

A venda de sabão em pó dentro de caixas de papelão está em queda, seguindo a tendência mundial pela qual o produto vem embalado em sacos plásticos.

Mas o papelão que deixa de ser consumido com esse produto é em grande parte redirecionado para a embalagem de produtos do comércio eletrônico.

E nesse setor há o exemplo de alimentos vendidos para o consumo imediato. Operam na cidade de São Paulo, por exemplo, 130 mil motoboys.

Não há ainda uma avaliação sobre o efeito das campanhas contra o uso dos canudos de plásticos, que representam uma quantidade bem marginal no uso daquela matéria prima.

Ministro do STF suspende execução de condenação bilionária imposta à Petrobras

27/07/2018 – G1

Em junho, TST condenou a estatal em processo sobre a forma de pagamento de verbas salariais; valores podem chegar a R\$ 15 bilhões. Decisão de Dias Toffoli tem caráter provisório.



O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar pedida pela Petrobras para suspender a execução imediata da condenação bilionária que a estatal sofreu no Tribunal Superior do Trabalho (TST) no mês passado, em um processo que discute a forma de pagamento de verbas salariais dos funcionários.

A condenação poderia levar a empresa a desembolsar mais de R\$ 15 bilhões para complementar salários de trabalhadores ativos e aposentados, além de elevar a folha de pagamento da estatal em R\$ 2 bilhões por ano daqui para a frente.

No recurso ao STF, os advogados da companhia alegaram que havia o "risco de dano irreparável" à estatal caso já se começasse a cumprir a decisão do TST mesmo ainda sendo cabível recurso ao Supremo.

Ao decidir suspender a execução da condenação, Toffoli apontou que pagamento bilionário poderia acarretar em "notórios efeitos econômicos" aos cofres da Petrobras.

"São notórios os efeitos econômicos que a implementação dessa decisão poderá acarretar aos cofres da requerente, a justificar que se aguarde o pronunciamento desta Suprema Corte sobre a matéria, antes de proceder-se à liquidação do julgado proferido pelo TST", disse Toffoli na decisão.

Toffoli também determinou que sejam mantidos suspensos todos os processos sobre o tema em "tribunais e juízos em que se encontrarem as ações individuais e coletivas que discutem

essa matéria, qualquer que seja a fase de sua tramitação, até final deliberação desta Suprema Corte acerca do tema, ou ulterior deliberação, em sentido contrário, do ministro relator”, escreveu.

O relator do caso no STF é o ministro Alexandre de Moraes, mas Toffoli se pronunciou sobre o pedido porque assumiu a presidência da Corte em razão das férias coletivas do tribunal em julho. A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, ocupa a Presidência da República por causa da viagem do presidente Michel Temer para a África do Sul.

A decisão de Toffoli vale até que o Supremo se pronuncie sobre a questão, ou caso o ministro relator se manifeste de forma diferente. Cabe recurso no próprio STF.

A causa em que a Petrobras foi derrotada no TST refere-se à política remuneratória de seus funcionários em vigor desde 2007, com a adoção da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR). Em jogo estava a forma de cálculo dessa rubrica.

Para a Petrobras, executar imediatamente a decisão do TST em ações coletivas e individuais que estavam com seu trâmite suspenso sem que tenha direito a recorrer ao Supremo contestando o mérito do julgamento anterior ou também ocorrido o fim dos recursos cabíveis no caso - o chamado trânsito em julgado - "comprometerá significativamente a segurança jurídica" do tema.

Brasil está pronto para discutir reforma da OMC, diz ministro

27/07/2018 – Folha de S. Paulo

Aloysio Nunes pede desbloqueio do mecanismo de soluções de controvérsias, provocado pelos EUA

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, disse nesta sexta (27) que o Brasil está disposto a discutir reformas na OMC (Organização Mundial do Comércio), como defendem Estados Unidos e Europa, mas pede o desbloqueio do mecanismo de soluções de controvérsias, provocado pelo governo americano.

A proposta de reforma foi feita em declaração conjunta entre o presidente Donald Trump e o chefe da União Europeia, Jean-Claude Juncker, quando anunciaram a trégua na guerra comercial e início das negociações sobre tarifas.

Os dois não fizeram propostas concretas de reforma da instituição, que é responsável por supervisionar o comércio internacional. Nunes disse que o Brasil está pronto para conversar sobre mudanças para tornar a organização mais ágil e representativa.



Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, disse que o Brasil está disposto a discutir reformas na OMC - Fethi Belaid/AFP

"O que nós não concordamos é com o bloqueio em alguns mecanismos que são absolutamente essenciais para o funcionamento da OMC. E eu me refiro especialmente ao mecanismo de solução de controvérsias, a corte de apelação da OMC", afirmou. A corte sofre com a resistência dos Estados Unidos em indicar novos membros, que vem desde o governo Barack Obama. Formado por sete membros, o tribunal tem hoje três cadeiras vagas. Em 30 de setembro, chega ao fim do mandato de mais um dos juízes.

Em fevereiro, o presidente da organização, o brasileiro Roberto Azevedo, disse ter alertado o governo Donald Trump sobre o risco de paralisação da organização. A corte julga divergências a respeito do cumprimento das regras do comércio internacional.

Em entrevista após a conclusão da participação brasileira na décima cúpula do Brics (bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o ministro das Relações Exteriores defendeu a atuação do bloco, principalmente em um momento de guerra comercial. Segundo ele, a defesa de regras no comércio internacional é uma "insistência" do bloco. "As consequências de uma guerra comercial serão sentidas, se ela se generalizar, no nível de emprego e de renda de todos os países do mundo", afirmou.

A crítica ao aumento do protecionismo foi a principal bandeira dos debates realizados em Joanesburgo essa semana. Em entrevista para fazer um balanço do evento, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, reforçou que a declaração conjunta divulgada pelo bloco na quinta (26) "se posiciona fortemente" contra o tema.

Governo se surpreende com falta de interesse em terminais de Paranaguá

27/07/2018 – Tribuna PR

Autoridades governamentais se disseram surpresas com a ausência de interessados nos dois terminais portuários no Porto de Paranaguá que foram ofertados em leilão nesta sexta-feira, 27, um voltado para movimentação de papel e celulose (PAR01) e outro de veículos (PAR12).

O certame ocorreu na manhã desta sexta e resultou no arrendamento de apenas um terminal portuário, localizado no Porto de Itaqui, no Maranhão, que foi conquistado pela Suzano Papel e Celulose, única proponente, que ofereceu um valor de outorga de R\$ 100 mil. O valor mínimo era de R\$ 1.

"As áreas foram estudadas em cima de demandas verificadas. São áreas que operam hoje no porto em regime público e, portanto, as cargas existem. Estava dentro do contexto de viabilidade. Esse é um assunto que vamos ter de estudar, mas me parece que bem modelado, são contratos bastante interessantes para a iniciativa privada.

Para mim foi uma surpresa, não esperava dar vazio, ainda mais num porto como Paranaguá, contratos com potencial de ir para 70 anos. Não vejo justificativa plausível para essas áreas terem dado vazio", disse o diretor geral da Agência nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Mário Povia.

Ele minimizou o peso da mudança do custo médio ponderado do capital (WACC, na sigla em inglês), de 10% para 8,03% definido para as áreas leiloadas como fator determinante para a ausência de interessados. "Pode ter pesado, mas não acredito que tenha sido preponderante. Não acho que a WACC atual inviabilize", disse. Para ele, o terminal foi bem precificado e não está caro.

Ao justificar sua visão de que a taxa de retorno de 8,03% é adequada, Povia citou que o terminal em Itaqui que foi arrematado pela Suzano tinha as mesmas premissas e o mesmo WACC.

Mas sugeriu que o fato de o Porto de Paranaguá ser bem gerido, oferecendo boas estruturas para que as áreas operem em regime público, pode ter reduzido a atratividade do arrendamento.

"Mas abrir mão de um contrato com esse potencial, uma segurança jurídica... me parece uma oportunidade desperdiçada", disse o diretor geral, sugerindo que não foi um problema de modelo, mas uma decisão envolvendo estratégia de negócio das empresas, referindo-se ao fato de que os terminais eram voltados para determinadas

indústrias com unidades de produção de papel e celulose e de automóveis no Paraná e que utilizam o porto, como a Klabin e a Renault.

O diretor do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) responsável pela área portuária, Diogo Piloni da Silva, também disse não acreditar que somente o WACC tenha sido determinante.

“A questão da WAAC é sensível na atratividade dos empreendimentos, mas tem que lembrar que a última taxa de WACC que o governo estava trabalhando, de 10%, era de uma nota técnica de 2015, e de lá para cá a condição econômica se alterou fortemente e faz sentido uma atualização no valor. A nosso ver, não está fora da expectativa, não”, disse.

O diretor do Departamento de Parcerias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Fábio Lavor Teixeira, também se disse surpreso e lembrou que o ministério promoveu conversas com o mercado e incorporou ajustes sugeridos pelos atores do setor. “O governo agora vai reavaliar, vai discutir internamente que tipo de fatores levaram a essa decisão”, afirmou, avaliando que se trata de “um número de fatores”, e não seria possível “eleger um culpado”.

O diretor da Antaq Adalberto Tokarski acrescentou que “a iniciativa privada praticamente é quem provocou o governo a oferecer determinadas áreas”. De acordo com ele, embora o governo tenha um mapeamento e planejamento sobre os arrendamentos nos portos, que dá ao ente público a sensibilidade saber “o que pode ser potencializado”, são feitas rodadas de conversa com os atores do mercado para ajudar a definir a sequência de licitações.

“Ficou estranho que os atores que provocaram a oferta da área para utilização de forma mais segura da infraestrutura portuária estivessem ausentes”, disse. Ele também considerou uma perda de oportunidade para as empresas não buscar o arrendamento, tendo em vista o momento de recuperação das cargas nos portos do País e o fato de que elas realizam operações spot.

Embora a Klabin não tenha participado do leilão, pessoas ligadas à empresa estiveram presentes na sessão pública de abertura das propostas.

Junho foi quarto mês consecutivo de alta do saldo de crédito, diz BC

27/07/2018 – Tribuna PR

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse nesta sexta-feira, 27, que o mercado de crédito teve desempenho favorável em junho, em diversos ângulos. Segundo ele, o aumento no estoque total de crédito ocorreu pelo quarto mês consecutivo em junho, e com aceleração em relação a maio.

“Houve aumento do saldo de crédito tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas, sendo que para empresas foi até maior que para família”, destacou. “O saldo do crédito direcionado está estável nos últimos três meses, o que pode significar que a trajetória de queda chegou ao fim”, completou.

Rocha também apontou a queda nas taxas de juros e dos spreads bancários em junho. “Por fim, houve uma redução também na inadimplência. Então, de forma geral, houve resultados favoráveis”, acrescentou.

Rocha disse que o crédito para empresas continua sendo puxado pelas modalidades mais curtas ligadas ao capital de giro, como desconto de duplicatas e antecipação de faturas. “No caso de junho, o financiamento a exportações também marcou o crescimento”, afirmou. “Apenas o crédito direcionado para pessoas jurídicas ainda está no campo negativo”, acrescentou.

Já para pessoas físicas, Rocha destacou a redução nos saldos de cheque especial e cartão de crédito em relação a maio, provavelmente devido à base de comparação que inclui o Dia das Mães no mês anterior. "Por isso o crescimento no crédito para famílias desacelerou em junho, mas a expansão está mantida", completou.

Segundo Rocha, as taxas de juros do cheque especial voltaram a cair em junho, chegando 304,9% ao ano. "Esse movimento de redução dos juros na modalidade vem desde março", apontou. A taxa ao mês do cheque especial ficou em 12,4% em junho. Segundo Rocha, esse é o menor patamar desde março de 2016.

Ele avaliou ainda que a paralisação do transporte de cargas entre o fim de maio e o começo de junho não impactou o mercado de crédito no País. "Não vimos impacto claro da greve dos caminhoneiros sobre o crédito", afirmou. No mês passado, houve aumento do estoque de crédito, queda nos juros e nos spreads, além de redução da inadimplência. Segundo ele, a inadimplência das empresas e famílias já vinha em redução nos meses anteriores. "Isso é consistente com o fim da recessão", explicou.

Endividamento das famílias

O endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro ficou em 41,6% em maio, ante 41,3% em abril. Se forem descontadas as dívidas imobiliárias, o endividamento foi de 23,3% em maio, ante 23,1% em abril.

O cálculo do BC leva em conta o total das dívidas dividido pela renda no período de 12 meses. Além disso, incorpora os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (Pnad) Contínua e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas do IBGE.

Segundo o BC, o comprometimento de renda das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) passou de 20,2% em abril para 20,3% em maio. Descontados os empréstimos imobiliários, o comprometimento da renda foi de 17,7% para 17,8% no período.

Juro médio do rotativo de cartão de crédito cai em junho para 291,9% ao ano

27/07/2018 – Tribuna PR

O juro médio total cobrado no rotativo do cartão de crédito caiu 11,7 pontos percentuais de maio para junho, informou nesta sexta-feira, 27, o Banco Central. Com isso, a taxa passou de 303,6% em maio para 291,9% ao ano em junho.

O juro do rotativo é uma das taxas mais elevadas entre as avaliadas pelo BC. Dentro desta rubrica, a taxa da modalidade rotativo regular passou de 243,0% para 261,1% ao ano de maio para junho. Neste caso, são consideradas as operações com cartão rotativo em que houve o pagamento mínimo da fatura.

Já a taxa de juros da modalidade rotativo não regular passou de 346,1% para 313,3% ao ano. O rotativo não regular inclui as operações nas quais o pagamento mínimo da fatura não foi realizado.

No caso do parcelado, ainda dentro de cartão de crédito, o juro passou de 165,5% para 168,1% ao ano.

Considerando o juro total do cartão de crédito, que leva em conta operações do rotativo e do parcelado, a taxa passou de 67,3% para 66,5% de maio para junho.

Em abril de 2017, começou a valer a nova regra que obriga os bancos a transferir, após um mês, a dívida do rotativo do cartão de crédito para o parcelado, a juros mais baixos. A intenção do governo com a nova regra era permitir que a taxa de juros para o rotativo do cartão de crédito recuasse, já que o risco de inadimplência, em tese, cai com a migração para o parcelado.

Dólar chega a cair a R\$ 3,71, de olho no exterior e na cena política

27/07/2018 – G1

Na véspera, o dólar subiu 1,20%, a R\$ 3,7461 na venda.

O dólar opera em queda nesta sexta-feira (27), no patamar de R\$ 3,71 acompanhando o movimento no mercado externo após os dados econômicos dos Estados Unidos consolidarem as visões de aumento gradual nos juros no país. Os investidores também continuavam mostrando otimismo quanto à cena eleitoral brasileira, na reta final para as coligações dos partidos, destaca a Reuters.

Às 14h51, a moeda norte-americana caía 0,65%, a R\$ 3,7217 na venda. Na mínima do dia, chegou a R\$ 3,7062. Já o dólar turismo era cotado a R\$ 3,87, sem acréscimo do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF). Veja mais cotações.

O Departamento de Comércio dos Estados Unidos divulgou nesta sexta que o PIB do país cresceu a um ritmo anual de 4,1% no segundo trimestre, o melhor resultado para o período desde 2014. Os números vieram em linha com as projeções de economistas consultados pela Reuters.

"Ajudada pelo massivo estímulo fiscal, a economia (dos EUA) desfrutou de forte primeiro semestre deste ano, mas à medida que o estímulo se esvai e a política monetária se torna progressivamente mais apertada, esperamos que o crescimento do PIB desacelere acentuadamente a partir de meados de 2019", escreveu o economista-chefe da empresa de pesquisas macroeconômicas Capital Economics, Paul Ashworth.

Diante do resultado do PIB, mercado mantinha as expectativas de que o Federal Reserve, banco central norte-americano, vai continuar elevando os juros de maneira gradual, ou seja, mais duas vezes neste ano. Juros elevados têm potencial de atrair aos Estados Unidos recursos aplicados hoje em outras praças financeiras mais arriscadas, como a brasileira.

O dólar recuava frente a uma cesta de moedas, com avaliações de que a economia norte-americana vai desacelerar devido à guerra comercial, sobretudo com a China. Também recuava ante as moedas de países emergentes, como o peso chileno.

Em depoimento recente no Congresso, o chair do Fed, Jerome Powell, disse que a guerra comercial poderia afetar o crescimento do país e repetindo a indicação de gradualismo na política monetária do país.

Internamente, o mercado seguia mais otimista com o noticiário político e negociações para coligações de olho nas eleições de outubro para a Presidência da República.

Na véspera, o dólar subiu 1,20%, a R\$ 3,7461 na venda, num movimento de correção à recente perda de pouco mais de 2% dos dois últimos pregões.

Intervenção do Banco Central

O Banco Central anunciou leilão de até 14 mil swaps tradicionais para esta sessão, equivalentes à venda futura de dólares, para rolagem dos contratos que vencem em agosto, no total de US\$ 14,023 bilhões.

Nos últimos pregões, o BC não tem feito intervenções extraordinárias no câmbio.

ANP aprova liberação de subvenção do diesel a produtores e importadores

27/07/2018 – Tribuna PR

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou o pagamento da primeira leva da subvenção do óleo diesel a produtores e

importadores. Os valores e as empresas que receberão o subsídio ainda não foram divulgados, o que deve acontecer nos próximos dias, segundo a assessoria de imprensa da agência. A Medida Provisória 838/2018 prevê o pagamento de R\$ 9,5 bilhões até o dia 31 de dezembro ou quando o dinheiro acabar.

A primeira fase da subvenção diz respeito ao período de 30 de maio a 7 de junho. Até agora, sete empresas foram habilitadas a receber até R\$ 0,30 por cada litro vendido a preço inferior ao estabelecido regularmente pela agência. Dessas, duas tiveram os documentos analisados e aprovados.

Os dados das demais ainda estão sendo processados. A agência não informou se a Petrobras, principal produtora nacional, está entre as empresas que receberão o dinheiro.

Já o pagamento dos valores correspondentes à segunda fase do programa, de 8 de junho a 31 de julho, "depende da conclusão de avaliações que ainda estão em andamento, como a validação dos impostos federais e estaduais, informados pela Receita Federal e pelo Confaz", segundo a ANP.

A agência diz ainda que trabalha para implementar de forma regular os pagamentos e que, para isso, depende da automatização e da conferência de dados da Receita Federal e do Confaz.

Câmbio automático estará em 60% dos carros até 2020

27/07/2018 – Tribuna PR

Até pouco tempo restrito a modelos de luxo, o câmbio automático começa a equipar boa parte dos carros compactos mais simples. No ano passado, 40% dos automóveis novos vendidos no País tinham o equipamento. A projeção das montadoras é de que chegará a 60% em dois anos.

Atentos a essa nova preferência do consumidor brasileiro, as fabricantes estão ampliando a oferta do equipamento que dispensa a troca de marcha e elimina o pedal da embreagem.

No início da semana, a Ford colocou à venda o Ka hatch SE com câmbio automático. Na quinta-feira, 26, foi a vez da Volkswagen lançar o Gol nessa configuração e também o sedã Voyage.

"A transmissão automática, antes somente encontrada nos carros premium, agora é um item desejado pela maioria dos consumidores, e migrou também para os carros mais acessíveis", diz o presidente da Volkswagen América do Sul e Brasil, Pablo Di Si.

O Gol incorporou o equipamento na versão 1.6 e começa a ser vendido nos próximos dias por R\$ 54.580. Com motor da mesma potência, o Hyundai HB20 custa R\$ 58.950 e está disponível desde 2012. O Ka 1.5 custa R\$ 56.490 e o Toyota Etios 1.3, à venda desde 2016, R\$ 53.440.

O mais vendido é o Chevrolet Onix, que ganhou câmbio automático de seis marchas em 2013 e vendeu, no ano passado, 32 mil unidades, ou 17% de toda a linha. O Onix também é campeão nacional de vendas, com 188 mil unidades em 2017. A versão 1.4 custa R\$ 60 mil, mas, no início do ano, a General Motors lançou uma mais em conta, com menos itens, a R\$ 55.290.

Embora não sejam considerados concorrentes diretos do Gol, os modelos de pequeno porte Nissan March, Citroën C3, Peugeot 208 e Ford Fiesta também têm opções automáticas.

Antes, o câmbio automático equipava carros na faixa de preço acima de R\$ 70 mil. “Depois da direção elétrica e do ar-condicionado se tornarem comuns entre os carros de entrada, o brasileiro agora sonha com o conforto da transmissão automática”, justifica o diretor de marketing da GM, Hermann Mahnke.

Outro segmento que cresce no Brasil e que tem atraído as montadoras para o lançamento de carros com transmissão automática é o de vendas para pessoas com deficiência física. No ano passado, foram vendidos mais de 100 mil veículos para esse público. O consumidor tem direito a isenção de vários impostos que reduzem em 20% a 30% o preço oficial do carro, que não pode passar de R\$ 70 mil.

Liderança

Na disputa com a GM pela liderança do mercado de automóveis e comerciais leves, a Volkswagen, hoje em segundo lugar, fez dez lançamentos desde outubro, entre carros inéditos, como Polo e Virtus, e versões, casos do Gol e do Voyage, que custa R\$ 59.990, ambos produzidos em Taubaté (SP).

“Ainda teremos mais dez novidades até 2020”, lembra Di Si. Uma delas será o T-Cross, primeiro utilitário da marca a ser feito no País, na filial de São José dos Pinhais (PR), no primeiro trimestre de 2019. A marca também vai importar um carro híbrido para testar o mercado.

A GM anunciou 20 lançamentos até 2022, também com a inclusão de SUVs nacionais. A marca detém 17% de participação no mercado, ante 18% em 2017. Já a Volkswagen passou de uma fatia de 12,5% para 15% “e vamos ganhar mais 1,5% nos próximos meses”, aposta Di Si.

ZF lança câmbio automático de 8 marchas para veículos comerciais urbanos

27/07/2018 – Automotive Business (publicado em 26-07-2018)



Transmissão PowerLine promete redução de 10% no consumo de caminhões e ônibus leves, médios e semipesados

A ZF está em fase final de testes na Alemanha de uma **transmissão automática de 8 marchas para veículos comerciais urbanos**, incluindo caminhões e ônibus leves, médios e semipesados. Batizada PowerLine, a caixa de câmbio é inspirada na 8HP, lançada no início desta década para uso em automóveis e picapes. A ZF informa que “em breve” a nova opção automática será introduzida no mercado global, incluindo o Brasil, com principal apelo de reduzir em até 10% o consumo de combustível.

A nova caixa foi projetada para enfrentar tráfego diário intenso, quando as marchas precisam ser trocadas cerca de 30 vezes por quilômetro rodado. “A chegada das transmissões automáticas aos segmentos mais leves dos veículos comerciais é uma tendência de utilização global, que chegará com mais força ao Brasil e à América Latina com a ZF-PowerLine”, afirma Silvio Furtado, diretor de vendas da ZF América do Sul.

Segundo a ZF, a nova transmissão automática pode ser aplicada em caminhões, picapes e ônibus urbanos e interurbanos com motorização de até 1.200 Nm de torque e peso bruto total combinado (PBTC, somando caminhão, carreta e a respectiva carga total) de até 26 toneladas. Da 8HP, a PowerLine traz o conceito de conversor de torque

e planetárias, passando pela mecatrônica e eletrônica com software de controle.

“No mercado sul-americano, as transmissões manuais ainda imperam no segmento que vai dos leves aos semipesados. No entanto, para aplicações essencialmente urbanas e conseqüentemente mais severas, em que o anda-e-para constante exige muito mais dos veículos e motoristas, o câmbio automático com conversor de torque é mais adequado e recomendado”, explica Furtado.

No segmento dos pesados, a troca de marchas automatizada já está amplamente difundida, presente em mais de 80% dos caminhões vendidos, mas com uso de câmbio automatizado, pois a operação rodoviária não exige tanto do conjunto e neste caso a ligação entre motor e transmissão é feita por embreagem robotizada.

Já a ZF-PowerLine usa conversor de torque, mais adequado ao anda-e-para do trânsito urbano, porque o componente que não sofre desgastes, tem funcionamento hidrodinâmico. “Comparada com os sistemas atuais, a economia de combustível de até 10% da ZF-PowerLine é substancial.

Além disso, as trocas de marcha [do câmbio automático] são melhores e mais suaves do que qualquer transmissão automatizada disponível até hoje no segmento de tráfego urbano. O desgaste menor [dos componentes] também aumenta a robustez e amplia os intervalos de troca do óleo, o que reduz o custo operacional e o tempo de parada para manutenção. Para o frotista, veículo parado é sinônimo de prejuízo”, enumera Silvio Furtado.

Outra vantagem da PowerLine, segundo a ZF, é o peso inferior ao dos produtos disponíveis no mercado. Sem óleo, a nova caixa pesa cerca de 150 kg, definindo assim novos padrões de relação potência-peso.

Alinhada com as tendências do futuro, a ZF-PowerLine opera conectada à rede eletrônica do veículo, virá preparada para receber tomadas de força, freio automático de transmissão, trabalhar com motorização híbrida e funcionar com a função start-stop.

Entre outros dispositivos da plataforma de telemática da ZF, a nova caixa pode se conectar ao Prevision GPS, que antecipa o terreno à frente e indica a melhor estratégia de mudança de marcha, diante de uma subida, por exemplo, com foco na economia de combustível.

Mais ar-condicionado em ônibus urbano puxa crescimento da Reparts em 2018

27/07/2018 – Automotive Business (publicado em 26-07-2018)



A Reparts, divisão da Valeo Thermal Bus responsável pela distribuição de peças de reposição para **ar-condicionado** na América Latina, projeta crescimento de 20% nas vendas este ano com a maior demanda por sistemas de climatização para a frota

de **ônibus urbanos** no Brasil, o que também aumenta a necessidade de componentes para reposição.

“A adoção do ar-condicionado em ônibus urbanos tende a crescer ainda mais, pois menos de 20% dos veículos em circulação nas principais cidades brasileiras contam com o equipamento. Essa tendência fará com que o mercado cresça significativamente nos próximos anos”, destaca o diretor-geral da Reparts, Diogo Vanassi.

No portfólio da Reparts estão ventiladores, compressores, válvulas, filtros, controladores e componentes elétricos e eletrônicos para ar-condicionado. Além dos frotistas e operadores de transportes, a empresa fornece para os segmentos de veículos comerciais, agrícola e montadoras independentes de sistemas de ar-condicionado.

Possui três centros de distribuição localizados em Caxias do Sul (RS), onde está a sede da empresa, além de Toluca, no México, e Buenos Aires, na Argentina. No Brasil, a rede autorizada conta com 94 pontos, além de outros 27 em diferentes países da América Latina, como Argentina, Paraguai, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai.

Para o executivo, o principal obstáculo para um crescimento ainda maior da empresa são as empresas que vendem peças recondicionadas, que para ele inicialmente parecem ser uma opção econômica e eficiente para a redução dos custos de manutenção, mas pelo desempenho e vida útil inferiores, precisam ser substituídos em prazos muito menores.

A utilização de componentes recondicionados, sem padrões específicos de qualidade e desempenho, causa defeitos no equipamento e reduz a sua eficiência. “O resultado é que depois da substituição dos componentes originais pelos recondicionados o ar-condicionado não refrigera adequadamente, tem ruído muito maior, reduz o nível de conforto dos veículos e gera até prejuízos a médio e longo prazos para os frotistas”, avalia.

Os principais componentes recondicionados comercializados no mercado são os ventiladores, embreagens e compressores. “Existem casos de incêndio em ônibus em razão do superaquecimento do chicote devido ao uso de ventiladores recondicionados, que podem ocasionar a oscilação da voltagem do circuito elétrico do veículo”, alerta.

Gol e Voyage recebem câmbio automático pela 1ª vez

27/07/2018 – Automotive Business (publicado em 26-07-2018)



Como forma de se aproximar de concorrentes como Chevrolet Onix e Prisma, Hyundai HB20 e novo Ford Ka (leia **aqui**), os Volkswagen **Gol e Voyage** recebem pela primeira vez a opção de **câmbio automático**.

Com a nova caixa de seis marchas Aisin, os dois veteranos montados em Taubaté (SP) recebem também o motor 1.6 MSI de 16 válvulas e até 120 cavalos quando abastecido com etanol. No Gol a novidade começa em R\$ 54.580 e no Voyage, em R\$ 59.990.

"A nova opção deverá responder por 20% a 25% das vendas do Gol. No Voyage chegará a 30%", afirma o vice-presidente de vendas e marketing da Volkswagen do Brasil, Gustavo Schmidt.

Esse mesmo conjunto de motor e transmissão foi aplicado recentemente nos VW Polo e Virtus (veja [aqui](#)). As opções automáticas fazem parte de um plano de investimentos de R\$ 7 bilhões da Volkswagen no País, que resultará em 20 lançamentos até 2020 - nessa conta já estão incluídos Polo, Virtus, Amarok V6, Tiguan Allspace e, agora, as versões automáticas de Gol e Voyage.

Há cerca de um ano, a consultoria Jato Dynamics revelou que as transmissões automáticas já estavam em 40% dos automóveis vendidos no Brasil. É provável que este número já tenha subido alguns pontos percentuais, até pelo aumento da oferta.

"Acreditamos que chegue a 60% das vendas em 2020", diz o presidente e CEO da Volkswagen para a América do Sul e Brasil, Pablo Di Si. Essa mesma caixa automática de seis velocidades (fornecida pela japonesa Aisin) equipa no Brasil carros da PSA Peugeot Citroën e da FCA Fiat Chrysler, por exemplo.



No primeiro semestre, o Gol teve 32,5 mil unidades vendidas, 10% a menos que no mesmo período do ano passado. No caso do Voyage, os 15,3 mil emplacados resultaram em queda de 17% na comparação interanual. Os dois perderam espaço dentro da própria rede VW para os novatos (e mais avançados) Polo e Virtus. A opção automática dos veteranos não deve recuperar as vendas perdidas em 2017, mas ajudará a Volkswagen a consolidar o segundo lugar em venda de automóveis e comerciais leves no País.

POUCO EQUIPADOS DE SÉRIE

Além da nova transmissão, Gol e Voyage automáticos trazem de série poucos itens relevantes, entre eles aletas para troca de marcha atrás do volante, ar-condicionado, direção hidráulica e alerta de frenagem de emergência. As travas elétricas das portas são de série, mas a chave do tipo canivete é opcional, assim como a coluna de direção ajustável e o acionamento elétrico para os vidros traseiros e retrovisores.

Com os pacotes possíveis de opcionais o preço sobe até R\$ 5,1 mil e inclui, entre outros itens, rodas de liga leve, alarme, faróis de neblina, sensor traseiro de estacionamento, volante multifuncional, sistema multimídia e computador de bordo.

Os carros são muito agradáveis de guiar. **Automotive Business** dirigiu as novas opções por mais de 100 quilômetros e teve uma boa impressão. Mesmo com a alavanca na posição D as trocas de marcha são rápidas e o câmbio não demora a encontrar a marcha mais apropriada quando a velocidade cai ou surge uma subida.

O câmbio automático também conta com o modo de acionamento esportivo (posição "S"), que estica um pouco mais cada uma das marchas, proporcionando aceleração mais rápida.



De acordo com a Volkswagen, o Gol automático acelera de zero a 100 km/h em 10,1 segundos e chega a 185 km/h de velocidade máxima. O Voyage alcança os 100 km/h em 10,2 segundos e vai a 190 km/h.

Outras mudanças chegam para a linha 2019 de Gol e Voyage além do novo conjunto motor-câmbio. Na parte frontal, o capô está mais alto e tem duas linhas que se conectam aos faróis maiores. O para-choque dianteiro tem grandes entradas de ar na parte de baixo.

Para os dois carros, as versões disponíveis agora são 1.0 manual (84 cv e cinco marchas), 1.6 manual (104 cv e cinco marchas) e as 1.6 automáticas lançadas agora. É preciso recordar que o hatch e o sedã já contaram com a opção automatizada I-Motion, sistema que na prática funciona como um câmbio automático, mas é composto por uma caixa manual, com embreagem inclusive, mas as trocas de marcha são robotizadas. O novo câmbio fornecido pela Aisin utiliza o conversor de torque das transmissões automáticas convencionais.

Volkswagen montará 12% mais carros no Brasil em 2018

27/07/2018 – Automotive Business



Aumento será puxado por Polo e Virtus, já que a maioria da linha perdeu espaço no mercado interno

A produção de automóveis da Volkswagen crescerá 12% este ano na comparação com 2017, segundo Pablo Di Si, presidente e CEO da montadora para a América do Sul e Brasil. A informação foi divulgada pelo executivo durante a apresentação dos novos Gol e Voyage equipados com câmbio automático.

A expectativa de crescimento está basicamente ancorada nas vendas internas do novo Polo e do sedã Virtus (montados em São Bernardo do Campo, SP, assim como a picape Saveiro) e nas exportações de toda a linha, já que as vendas no Brasil de quase todos os veículos da marca caíram neste primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado.

O Polo foi o quarto carro mais vendido no primeiro semestre deste ano, com 34,1 mil unidades. O Virtus se aproximou das 17 mil unidades no período, apesar de suas vendas terem começado para valer somente em fevereiro. A Saveiro anotou 22,2 mil unidades e alta de 10,1%. A fábrica do ABC paulista vem operando em três turnos.

Com o impulso dado pelos dois novos carros, as vendas internas da VW no primeiro semestre cresceram acima da média do mercado.

"Nossas vendas cresceram 33%, enquanto o mercado total subiu apenas 14%", comemora Pablo Di Si.

A fábrica de Taubaté (SP) terá de contar com a ajuda das exportações para crescer, mas os argentinos devem comprar 10 mil Volkswagen brasileiros a menos este ano e a montadora talvez não consiga compensar essa perda com outros destinos como Chile, Colômbia e Peru, por exemplo.

Em Taubaté são fabricados 910 carros por dia em dois turnos e metade da produção vai para os países da América Latina. No mercado interno, os três modelos ali montados perderam espaço no primeiro semestre ante igual período do ano passado.

O Up! ficou abaixo das 10 mil unidades e recuou 46,2%. O Gol registrou 32,5 mil unidades, 10% a menos. A queda do Voyage foi de 17%. O sedã teve pouco mais de 15 mil emplacamentos nestes seis meses.

É verdade que a opção automática será um estímulo a mais para os dois, mas é pouco provável suas vendas cresçam significativamente em 2018 sobre o ano passado, já que eles perderam espaço para Polo e Virtus, concorrentes vendidos dentro da mesma rede de concessionárias.

À ESPERA DO T-CROSS NO PARANÁ

A fábrica paranaense de São José dos Pinhais espera uma virada com a chegada do utilitário esportivo compacto T-Cross, mas isso ainda levará alguns meses. A preparação para a montagem do modelo começa neste segundo semestre, mas a produção em série se inicia apenas em 2018, segundo Di Si.

Em São José dos Pinhais são produzidos atualmente dois modelos Volkswagen. Um deles é o Golf, cujas vendas em todo o semestre foram de apenas 1,7 mil carros, 30% a menos que no primeiro semestre do ano passado. O outro é o Fox, que teve 18,7 mil unidades vendidas e recuou 10%.

Em 2012 essa unidade montava a cada mês cerca de 18 mil carros. Neste ano foram menos de 4 mil unidades mensais incluindo na conta a produção dos Audi A3 sedã e Q3.

Na fábrica de motores de São Carlos (SP), a Volkswagen informa que a produção crescerá 58% por causa das exportações.

Siderúrgica Paranapanema pagou R\$ 8 mi por favorecimento em tribunal do Carf

27/07/2018 – Tribuna PR (publicado em 26-07-2018)

A 10.^a fase da Operação Zelotes, deflagrada nesta quinta-feira, 26, tem como alvo o repasse de R\$ 8 milhões da siderúrgica Paranapanema para a Kaduna Consultoria, empresa do economista Roberto Gianetti da Fonseca, conselheiro de políticos do PSDB como o candidato à Presidência Geraldo Alckmin, e para dois escritórios de advocacia.

Segundo o Ministério Público Federal, do total repassado, cerca R\$ 2,3 milhões ficaram com Gianetti da Fonseca e o restante foi encaminhado para os dois escritórios de

advocacia. Esses escritórios, diz o MPF, foram responsáveis por remeter parte dos valores para conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Gianetti da Fonseca e outras seis pessoas foram alvos de busca e apreensão da Polícia Federal nesta quinta. A atuação do "grupo criminoso", segundo o MPF, resultou na suspensão de uma multa de R\$ 650 milhões da Paranapanema no Carf.

Quatro conselheiros que atuaram no julgamento, realizado em 2014, são alvos de busca da nova fase da Zelotes. Eles teriam recebido entre R\$ 120 mil e R\$ 170 mil.

"Vale destacar que a siderúrgica já possuía assessoria técnica, representada por outro advogado, quando decidiu investir nos serviços oferecidos pela consultoria (Kaduna). Para o MPF, tal conduta constitui evidência de lavagem de dinheiro", diz nota divulgado pela Procuradoria do Distrito Federal.

De acordo com o procurador Frederico Paiva, ao longo da investigação foram coletados diversos e sólidos indícios de que o julgamento da Paranapanema no Carf foi corrompido por agentes públicos e privados. Além do mapeamento dos pagamentos por meio da quebra de sigilo dos citados, o procurador afirma que interceptações telefônicas e trocas de mensagens entre os alvos apontam para os pagamentos irregulares da siderúrgica.

"Foram identificadas conversas entre advogados e conselheiros e conselheiras que iam fazer o julgamento. Viagens até local de residência desses conselheiros. Era conversado, inclusive com conselheiros, que o caso estava bem encaminhado. O julgamento no Carf deu razão à Paranapanema e tudo leva a acreditar que esse julgamento foi manipulado", afirmou Paiva em coletiva de imprensa.

Segundo Paiva, a participação do economista Gianetti da Fonseca ainda precisa ser melhor esclarecida uma vez que a consultoria foi contratada, mas não foram encontradas provas de que o serviço foi realmente prestado. "A gente não encontra nada, nenhum relatório, nada", diz Paiva.

Os débitos da Paranapanema tinham relação com uma forma de incentivo tributário chamada Draw Back, quando uma empresa exportadora compra matéria prima com isenção tributária para depois exportar o produto final. Para poder comprar esse material sem tributos, a empresa recebe uma autorização da secretaria de comércio exterior. No caso da Paranapanema, essa autorização teria sido utilizado além do permitido o que gerou a dívida tributária com a União.

Alta do dólar afeta Usiminas e companhia tem prejuízo de R\$ 19 milhões no 2º trimestre

27/07/2018 - G1

No mesmo período do ano anterior, empresa ha via lucrado R\$ 176 milhões.

A **Usiminas** teve prejuízo líquido de R\$ 19 milhões no segundo trimestre, ante lucro de R\$ 176 milhões no mesmo período do ano passado, devido principalmente à variação cambial no período, anunciou a siderúrgica mineira nesta sexta-feira (27).

A companhia teve geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado R\$ 519 milhões, queda de 30,8% ante abril a junho de 2017. A margem Ebitda despencou para 16%, ante 29% no mesmo período do ano passado.

A Usiminas vendeu um total de 977 mil toneladas de aço, queda de 1,31% na comparação anual, enquanto as vendas de minério saltaram 120% para 1,386 milhão de toneladas.

A receita líquida total saltou 24,7% para R\$ 3,204 bilhões no trimestre, enquanto os custos dos produtos vendidos subiram 19,8%, para R\$ 2,621 bilhões.

A receita com mineração subiu para R\$ 202,1 milhões, ante R\$ 89,1 milhões no segundo trimestre de 2017, com Ebitda ajustado de R\$ 33,3 milhões e margem de 16,5%.

Já a receita com siderurgia subiu para R\$ 2,9 bilhões ante R\$ 2,5 bilhões no segundo trimestre do ano passado, apesar da queda do volume vendido.

O resultado financeiro ficou negativo em R\$ 276,6 milhões, ante R\$ 171,3 milhões negativos no mesmo trimestre do ano passado, devido a perdas cambiais líquidas de quase R\$ 150 milhões.

O capital de giro no trimestre foi de 3,7 bilhões de reais, em função dos aumentos dos estoques devido a greve dos caminhoneiros, que dificultou o escoamento da produção, entre outros fatores.

A dívida líquida consolidada encerrou o semestre em 4,7 bilhões de reais, contra 5 bilhões de reais em junho de 2017. A dívida líquida/Ebitda caiu para 2,3 vezes ante 2,8 vezes no segundo trimestre de 2017.

Usiminas espera desaceleração em demanda de aço do Brasil no 2º semestre

27/07/2018 – DCI

Empresa divulgou mais cedo prejuízo líquido de R\$ 19 milhões no segundo trimestre



Usiminas espera desaceleração em demanda de aço do Brasil no 2º semestre

A Usiminas prevê aumento menor na demanda por aço no Brasil no segundo semestre frente à primeira metade do ano, diante de expectativas de desaceleração dos principais setores consumidores, veículos, construção e eletrodomésticos, afirmaram executivos da companhia nesta sexta-feira.

"No segundo semestre vamos ter um crescimento mais baixo que no primeiro semestre...Mercado viveu dinâmica muito positiva nos primeiros cinco meses, crescendo 11 por cento, mas nos últimos meses isso caiu um pouco", disse o vice-presidente comercial da Usiminas, Miguel Homes, em teleconferência com analistas.

"Eperamos um crescimento no consumo de aço de 5 por cento este ano no Brasil", acrescentou.

A empresa divulgou mais cedo prejuízo líquido de 19 milhões de reais no segundo trimestre, impactada em parte pelos efeitos da greve dos caminhoneiros, que fez a Usiminas ter dificuldades em despachar produtos a clientes.

A companhia espera que os pedidos que deixaram de ser entregues de abril a junho sejam enviados agora no terceiro trimestre, quando também deve aproveitar para elevar os preços de aço vendido a distribuidores em cerca de 10 por cento.

Nesta semana, fonte do setor afirmou à Reuters que a rival CSN estava comunicando clientes sobre entrada em vigor de reajuste de cerca de 10 por cento a partir desta sexta-feira, algo que seria acompanhando por Usiminas e ArcelorMittal, que não comentaram o assunto.

Homes não precisou quando a Usiminas vai elevar seus preços aos distribuidores, mas disse que também está negociando aumentos com clientes industriais e com montadoras de veículos.

A Usiminas investiu no primeiro semestre 132 milhões de reais, mais que o dobro que os 57 milhões de um ano antes. O diretor financeiro da companhia, Alberto Ono, afirmou que a empresa mantém meta de investir cerca de 500 milhões de reais neste ano, mas não deu detalhes sobre onde os 368 milhões restantes da cifra serão aplicados.

O presidente da empresa, Sergio Leite, disse que a Usiminas segue analisando a retomada de alto-forno de Cubatão, parado desde o início de 2016 por ausência de demanda no país. Porém, ele disse que "nada será feito" antes de 2021. "E em 2021 isso dependerá da economia", acrescentou.

Leite também comentou que a empresa está analisando uma nova linha de galvanização a ser instalada na usina da empresa em Ipatinga (MG), em um investimento que poderia ter mais chance de ser aprovado, uma vez que a empresa opera atualmente com suas três linhas no limite da capacidade.

O executivo, porém, não fez comentários sobre investimentos na área de mineração da Usiminas. Na véspera, em evento do setor siderúrgico, ele disse à Reuters que a Usiminas ainda tem dois anos para se decidir sobre o chamado projeto "compactos", um investimento de grande porte e que está há anos na agenda da empresa.

O projeto teria como objetivo elevar a capacidade de produção em Minas Gerais, que hoje produz a commodity por método "friável", de mais fácil extração que o minério "compacto", que precisa de perfuração e detonações de rocha.

Já Ono, ao ser questionado por analista se a área de mineração da Usiminas é "estratégica" ou poderia ser alvo de venda, respondeu que "todos os nossos ativos (da empresa) estão sob constante avaliação".

Sobre o mercado de exportação de aço, os executivos afirmaram que a Usiminas ainda não sentiu reduções de volumes da Argentina, um de seus principais mercados externos, apesar da forte desaceleração na venda de veículos do país após medidas do governo para lidar com forte desvalorização do peso. Para a Europa, a expectativa é de retomada das vendas no terceiro trimestre, após incertezas sobre medidas retaliatórias do continente contra tarifas dos Estados Unidos serem dissipadas.

"Na Europa tivemos dois meses de muita incerteza sobre as medidas de salvaguarda. Isso foi implementado no final de junho e agora que temos mais clareza sobre as regras de jogo, vamos poder retomar as exportações", afirmou Homes.